

Em defesa da fauna aquática brasileira

A revista *Science* publicou, no dia 6 de março, uma carta de pesquisadores brasileiros e norte-americanos em defesa da manutenção da Portaria nº 445/2014 do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro (MMA), divulgada no final do ano passado. No decreto, são listadas 475 espécies aquáticas ameaçadas de extinção, proibindo sua captura.

Dessas espécies, 83 são pescadas comercialmente, o que, segundo a denúncia da carta, levou o setor de pesca industrial a pressionar o governo para retirá-las da lista. Para os signatários do texto, essa retirada significaria “um enorme retrocesso para a conservação da fauna aquática do Brasil”.

Um dos autores da carta é o professor Marcelo Antonio Amaro Pinheiro, docente da **Unesp**, Câmpus Experimental do Litoral Paulista (CLP), em São Vicente (SP). O docente atua como coordenador de Tâxon (*Crustacea*), indicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/MMA) para coordenar o grupo de especialistas nas espécies de crustáceos, juntamente com Harry Boos, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio), que também participou dessa publicação.

Marcelo ressalta que seu grupo promoveu uma reunião e redigiu um texto destinado a empresários do setor de pesca. “Nós levantamos informações e elaboramos um documento para que eles justificassem o pedido”, afirma. “Eles



Divulgação

Marcelo: grupo se esforça para evitar pesca de espécies ameaçadas

dizem que a portaria está prejudicando a atividade de pesca, mas não informam as razões.”

O pesquisador assinala que peixes como tubarões e raias, cavalos-marinhos e budiões-azuis, entre outros, estão num nível populacional crítico ou vivem num ambiente bastante reduzido pela ação humana. “No caso dos caranguejos, por exemplo, o guaiamum está na categoria de animais criticamente ameaçados, devido à redução das restingas onde vive”, explica.

A portaria do MMA se baseou nos dados da Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, que foi revisada e atualizada por cerca de 1.300 especialistas, com a avaliação de 100% das espécies de vertebrados e de diversos grupos de invertebrados. Cada espécie foi avaliada segundo critérios da International Union for Conservation of Nature (IUCN).

Nova visão do valor econômico da natureza

Um trecho de mata tradicionalmente tem seu valor econômico calculado em função do que pode produzir em termos de mercadorias, por exemplo, pela madeira que pode ser retirada de suas árvores. No entanto, esse tipo de visão está mudando e levando também em conta os serviços que a mata presta ao evitar a erosão do solo e preservar a qualidade de rios da região, entre outros fatores.

A fim de conhecer melhor essa nova concepção, Gerson Araujo de Medeiros esteve, entre dezembro e janeiro, na Universidade de Alberta (U Alberta), no Canadá. Lá, o professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da **Unesp**, Câmpus de Sorocaba, realizou um estágio de docência na

Faculdade de Agricultura, Ciências Ambientais e da Vida (Ales), com o grupo de pesquisa de Wiktor Adamowicz.

“Wiktor é economista e promove estudos relacionados ao valor econômico do ambiente”, explica Medeiros. No período do estágio, o professor desenvolveu pesquisa e revisão de literatura relacionadas à avaliação de impactos econômicos e ambientais na agricultura e à inserção dos serviços dos ecossistemas para o bem-estar do homem.

O estágio foi financiado pelo Programa de Apoio à Execução de Estágio no Exterior PAREx, da Pró-reitoria de Pós-graduação da **Unesp**, e a visita acadêmica à Ales foi realizada no contexto do Programa Excelência Bilingue em Tecnologia, voltada para professores visitantes da U Alberta.



Divulgação

Medeiros realizou estágio de docência na Universidade de Alberta